

Con. Branc 23 DEZ 1980 ESTADO DE SÃO PAULO Recessão não é saída para crise, diz Vidigal

JOSÉ ANTÔNIO RIBEIRO

Os sinais de recessão se agravaram no final de novembro e os atrasos de pagamento aumentaram nos primeiros dias de dezembro, assustando principalmente os empresários do setor financeiro. Empresas sólidas, entre elas filiais de grandes grupos estrangeiros, não estão mais pagando suas contas em dia a fornecedores e ao sistema financeiro. As vendas de fim de ano aliviaram os traços recessivos da economia, mas nos primeiros meses de 91 a situação poderá ficar insustentável, segundo o presidente do Conselho de Administração do Banco Mercantil de São Paulo, Gastão Eduardo de Bueno Vidigal.

"Não será pelo aperto do sistema financeiro, da alta de juros e da recessão que o governo conseguirá corrigir a economia", advertiu o presidente do Mercantil em entrevista ao **Estado**. Para esse banqueiro com mais de 50 anos de experiência no setor financeiro, habituado a identificar com facilidade os riscos de seus clientes e os deslizes da economia, o governo está exagerando no caminho recessivo, com esperança de encontrar uma saída nessa direção e, aparentemente, sem se preocupar com a quebra de empresas que sempre foram bem administradas mas que não conseguirão sobreviver por muito tempo com juros altos e mercado retraído.

RETOMADA

Para o presidente do Mercantil, é dispensável que o governo reveja imediatamente a política econômica antes que a situação se agrave ainda mais e o quadro geral se torne irreversível. "A única saída que temos é o caminho da retomada da atividade econômica", diz Gastão Vidigal. "Pela recessão vamos aprofundar cada vez mais a crise."

Depois de observar que empresas com ficha cadastral irrepreensível estão pagando com atraso e que muitas já pediram concordata, o presidente do Mercantil garante que não existe no País indústria de concordatas, como pretendem alguns analistas. "É um crime ver a situação por esse ângulo", afirma, assegurando que o que está acontecendo é muito mais sério. "São empresas que se viram numa situação insustentável por causa da política econômica."

As empresas que tomam empréstimos no mercado financeiro já entenderam, segundo Gastão Vidigal, que os bancos não têm interesse e nem são responsáveis pelas altas taxas de juros. Se os financiamentos no overnight estão custando cerca de 30% ao mês e não trazem muitos riscos às instituições financeiras, os bancos precisam cobrar um pouco mais que a taxa do over quando emprestam porque, com a recessão, aumentaram os riscos dos créditos.

Para o presidente do Mercantil, parece difícil que o grau de incertezas sobre o mercado financeiro e sobre as empresas em geral seja modificado enquanto o Banco Central se utilizar de medidas hete-

rodoxas para regular a liquidez da economia, principalmente porque persistem dúvidas sobre a possibilidade de se manterem os objetivos ortodoxos estabelecidos para a expansão da moeda até o final do ano. Boa parte das incertezas, segundo Vidigal, é provocada pelas altas taxas de juros e principalmente por suas grandes flutuações.

ERROS E ACERTOS

A política monetária do atual governo, segundo o presidente do Mercantil, foi marcada por uma sucessão de erros e acertos. Primeiro houve, em março, o bloqueio de ativos no Banco Central. Com a retomada da liquidez nos meses seguintes, o BC conseguiu, a partir de junho, iniciar o controle da política monetária como forma de conter a inflação que começava a se acelerar. Com a substituição das Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) por LTNs e o fim dos financiamentos automáticos no fechamento diário das posições de over, o governo recuperou o controle da liquidez por meio de instrumentos clássicos de política monetária: depósitos compulsórios das instituições financeiras, taxas punitivas de redesconto, limitação do crédito e operações de open market.

O governo demonstrou ao mercado que as taxas de câmbio e de juros seriam determinadas pelo próprio mercado em resposta à política monetária para preservação das reservas externas e controle da moeda em circulação. As instituições financeiras procuraram se adaptar às metas e às operações do BC, com alguma dificuldade, pela falta de informações. No final de agosto, criou-se a expectativa de um forte aperto de liquidez para setembro, pelo vencimento do prazo para o financiamento das deficiências em cruzados novos. Essa projeção, baseada até em declarações de representantes do governo, elevou os juros e estimulou exportadores a antecipar o fechamento de contratos de câmbio, provocando queda na cotação do dólar.

Os acertos de deficiências em cruzados foram parcelados e tranquilizaram o mercado, que logo se agitou novamente com a liquidação de diversas instituições financeiras estaduais. Por falta de informações necessárias à formação de expectativas de juros, a instabilidade de continua, aumentando os riscos para quem empresta dinheiro ou para quem toma empréstimos. Além disso, segundo Vidigal, a instabilidade foi mantida por medidas heterodoxas, entre elas: exigência de provisão nos bancos para créditos de empresas estatais, renegociação compulsória das dívidas de estatais siderúrgicas com o setor bancário, ampliação do compulsório para cerca de 45% dos depósitos à vista e aumento da contribuição social, de 10% para 15%. Todas essas medidas, segundo Vidigal, afetaram não apenas a rentabilidade mas, em muitos casos, também o patrimônio líquido das instituições financeiras.